Tratado Transatlântico: Portugal sob ameaça

Sinalagma | 3 maio, 2015

Uma aberração dos tempos modernos, o Tratado Transatlântico está a ser negociado em Washington D.C. e em Bruxelas como fatalidade a que a Europa não pode escapar. Quando aprovado, o escasso soberania que resta a Portugal, evapora-se e a nossa economia fica à mercê das multinacionais, que poderão cobrar-nos milhares de milhões caso não gostem das leis nacionais.

É é considerado um parceiro para um "cônjuge" e grupos de interesse e encontra-se na fase final de negociações. O objectivo do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, mais conhecido como o Tratado Transatlântico, pode parecer inócuo e apenas tecnocrático: remover barreiras ao investimento e ao comércio. O que se pretende não é um corte nas nossas alfandegárias, visto que estas já estão muito baixas, nem sequer a abolição total destes impostos aplicados aos muitos o comércio bilateral entre os EUA e a União Europeia.

O plano incide na abolição ou convergência de muitas das nossas regulatórias, hoje em vigor nos dois blocos económicos. Pela quando analisamos melhor os detalhes, o cenário começa a ficar mais negro. A desconfiança aumenta quando se percebe que 80% das especialistas querido pela Comissão Europeia sobre o assunto pertencem a grupos de "lobby" empresarial.

Segundo um documento recentemente descoberto com propostas trimestre sobre a mesa, "a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento" não se limitará a remover a soberania dos Estados signatários. A economia portuguesa, por exemplo, ficaria imediatamente à mercê do poder estrangeiro num momento em que somos a recuperar. E, ainda para mais, os estudos podem nem sequer ter sido bem feitos...

Os números não batem certo

A máquina de propaganda dos grandes interesses afirma que a aprovação do Tratado Transatlântico irá gerar 119 mil milhões de euros para a economia. No entanto, a maioria dos especialistas de áreas variadas que, na melhor das hipóteses, o cidadão europeu comum, que vive do seu rendimento de trabalho e não de manobras financeiras, apenas terá um benefício de 50 euros por ano, ou seja, 13 cêntimos por dia. Mas a melhor das hipóteses não é sequer a mais provável: na política, o Tratado deverá provocar um sentido nos economias domésticas dos europeus. Quem lucra, mesmo, com o acordo EUA-UE são os grandes potentados económico-financeiros.

Segundo Jeswicle Capdale, investigador da Tufts University, de Boston, e especialista em temas de globalização, "os principais conclusões do acordo não oferecem uma base para uma política comercial sustentável". Num relatório da Universidade, uma das entidades académicas mais prestigiadas dos EUA, o vereditco de Capdale é claro: "a liberalização em grande escala constitui um perigo sério a competição internacional pode gerar uma forja descendente nos ordenados ao mesmo tempo que as expectativas não são aumentar conforme pretinal."

Os especialistas concluem mesmo que, longe de estimular a economia, o acordo pode causar uma redução de 2% do PIB nas economias desenvolvidas europeias, e pelo menos de 1% na economia portuguesa. Estes conclusões baseiam-se na fuga de as especialistas do "lobby" que favorece o acordo não temos tido em conta o consumo interno. Convem estar por pode cair a pique, visto que um dos efeitos do acordo será a distribuição dos salários dos trabalhadores. Estima-se que os francesas possam perder, em média, mais de 5 mil euros anuais nos seus rendimentos, os britânicos 4 mil, e os portugueses pelo menos mil euros – um valor que pode significar quase dois meses de ordenado a menos.

Os académicos notam ainda que, para além de excessivamente simplistas, os modelos que os "guerreiros do Excel" estão a usar como base para as suas previsões já não são aplicados desde os anos 70, quando o mundo era muito diferente. Isso assumem que os indivíduos são perfeitamente racionais, que a economia se encontra num estado de pleno emprego permanente e que a distribuição de rendimentos segue uma regra simples, nomeadamente que os ordenados aumentam ao mesmo ritmo que a produtividade; e concluem que "as conclusões [dos estudos do Tratado] parecem mais dogmas religiosos do que modelos de pesquisa científica".

Em termos de desempregos, os especialistas não conseguem quantos à diminuição de unidades que se apresenta alguns afirmam que a perda de empregos na Europa do Sul poderia ser de "apenas" 16 mil empregos, outros falam em 500 mil. Estimam também que a liberalização das formalidas poderia combater a movimentos migratórios ainda mais agressivos, o que reduziria o valor de cada trabalhador e afundá-lendo toda as culturais nacionais.

E, dessa vez, os Estados não poderão ir em socorro da cidadãos desempregado, pois estão ficado atrás com menos soberania.

À mercê dos "investidores"

Numa das cláusulas propostas estabelece-se, por exemplo, que a possibilidade de cada Estado regular o seu próprio economia fica limitada devido à jurisdicção de tribunais internacionais. Estes tribunais, que funcionam à margem dos circunstâncias normais, um princípio positivo (este no, em Portugal, o caso da recente instabilidade da banca), e facto é que os Estados detendo de ter soberania para aplicar medidas que podem ser necessárias em situação de crise, ficando cada vez mais dependentes de organizações internacionais como o FMI, com todos os efeitos macroeconómicos "positivos" que a sua presença já constatamos em ou tiveram.

O acordo dos citizenship processos determina que os Estados signatários perdem o controlo sobre as suas fronteiras, e ficam obrigados a conceder livre passagem a trabalhadores, empresários e investidores das empresas multinacionais que tiverem investimentos: aqui mudei dentro aos "vistos gold", mas agora sem qualquer tipo de controlo nacional. Basta um cidadão de qualquer país europeu uma casa suficientemente dispendiosa, e Portugal terá de lhe abrir as portas.

Numa medida que ilustrativa os "tratados desiguais" da era colonial, os Estados não poderão impor quaisquer condições aos investidores que por dem ser impostas ao sector financeiro. Ficando sujeita a lei estrangeiras em vigor e perdr autorização e organizações supranacionais: caso precisem de exercer controlo sobre os bancos e seguradoras do seu país.

Caso um Estado e uma dada multinacional não se entendam, ainda todo o problema é transferido para uma instância de "resolução de litígios entre investidores e o Estado", um sistema judicial à parte, destinado apenas às elites financeiras e às grandes multinacionais. Na verdade, os megagrupos económicos já dispõem de um sistema semelhante, que lhes permite processar os países que excedam o acordo. Isto caso considerem que eles estão a implementar leis que prejudicam os seus negócios. A lógica subjacente é que, a partir do momento em que é consumado o investimento, os Estados nada podem fazer para lhe diminuir o valor.

Quando processados, os Estados não ser sujeitos a "julgamentos" algo similares aos da defunta Ordem Gardística: uma "milícia" de burocratas não eleitos, na na linguagem eufemística da UE, um "painel internacional", sentar-se-á à roché o caso e lá fará uma vez decidirá. Não há possibilidade de apelo, não há juiz, o "julgamento é secreto" e sem data marcada. Ao fim, quem paga quase todas vez.

Neo-liberalismo selvagem

Vários países já estão a sofrer com estes "tribunais gourmet". A Austrália foi engonada a assinar um acordo de "comércio livre" em que se previa a existência destes mesmos "tribunais" especiais. Resultado: o contributorio australiano foi forçado a começar a pagar grandes somas às multinacionais e aos seus "sabres".

Quando o parlamento da Australia pensou uma lei que exigia que em todos os maços de tabaco figurasse uma advertência sobre os efeitos nocivos do tabaco, como em Portugal já se faz, uma multinacional do tabaco, a Philip Morris, processou o Estado australiano, alegando que o lei prejudicava os seus vendas.

A própria União Europeia está consegue dificilque esta par be inflame do acordo na propaganda do Comissão comunitária Ksawa Imeckova em que classificam como simples "mitos" as vários preocupações de jornal e especialistas, os sonoridas "tribunais" não serão usados para "atacar países que tenham leis de que não se gostem" — mas reconhecem que, "se o tribunal decidir que o governo deu um tratamento não equitativo, poderá obrigá-lo ao pagamento de uma indemnização".

Naturalmente, o que não nem esclarecido na alegre brochura é que os montantes a pagar podem ser de tal forma gigantescos que forçarão um país a mudar a sua legislação para evitar o pagamento. Ou seja, na prática, e em exemplo, foi considerado a pagar 2 mil milhões de euros a uma multinacional de petróleo. Só para estas duas, o Estado canadiano teve de meter na gaveta uma lei que proibia o uso industrial de uma substancia altamente tóxica e cancrigena, porque a empresa que a fabrica se sentia lesada. Ou ela, chega-se ao mesmo resultado, apenas por um caminho diferente.

Se o Tratado Transatlântico acabar por ser aprovado, os Estados europeus Nada lhe limitados nos leis que poderm ou não aprovar. De uma vez forma, o acordo transforma-se numa "lei" que se sobrepõe a todas as outras, e a partir da qual o Estado fica a reduzido a uns esqueleto mais mínimo. A propria democracia torna-se obsoleta, pois nenga quem mesmo as eleições o programa do governo será sempre o mesmo: a política decisiva de ser qualquer significado, os governos nacionais passarão a ser meros "gestores de corrida". Nenhum governo poderá passar leis sem consultar primeiro as grandes multinacionais. Portugal, que sanou bem sofrido para repor as suas contas em ordem, em nada beneficiará com este acordo.

Portugal em risco

No momento em que a nossa economia industrial recomeça a dar sinais de vida, era que podemos ter de abrir as portas a produtos nos-americanos. No ano passado, a balança metalúrgica metalomecânica fiel dos sectores cujas exportações mais cresceram em Portugal, e representam já uma peça dinâmica e vital da economia nacional. Os empresariso deste sector apostaram em produtos de alta qualidade e altamente especializados, com elevado valor acrescentado, e estão a conseguir vender para todo a Europa.

Caso o acordo passe, os americanos poderão mandar fazer esses produtos na Índia, a preços imbatíveis devido aos miseráveis ordenados ali pagos, usando tecnologia desenvolvida nos EUA. E o caso do "Jacquard in the US, built to China", que conta-se vê na parte de trás dos telemóveis e computadores que compramos. Dentro à vista nele de trabalho que celebrizam, os EUA podem depois importar esses produtos a preços ludibriosos e exportar para a Europa, "resolvendo" o problema portugués.

O mesmo se aplica ao sector dos tâxteis, recentemente em franca recuperação, e até mesmo ao nascente sector tecnológico nacional. Os trabalhadores portugueses não ser de competir em ordenados com países que recebem verdadeiras miserias, mas cujos custos de vida são muito menores. O desemprego e a fuga de empresas apenas podem aumentar nessas condições. Basta recordar o que nos aconteceu quando a CE expandiu o mercado único para os países de Leste, no início dos anos 2000.

A ameaçada se Tratado Transatlântico está a mobilizar a opinião pública de todos os países europeus e, no entanto, pouco ou nada se fala dele em Portugal. No passado dia 8 de Julho, 262 eurodeputados (quase um terço do Parlamento Europeu) votaram contra a continuação das negociações do acordo. O "carrotão" composto por 43% dos membros, executou flamente as suas ordens e votou a favor, mas a dissidência numerosa de vozes. E, no entanto, num dos países que poderá ser a sofrer mais com este acordo, a ciência impera. Um silêncio que pode vir a ser-nos caro, muito caro.

TWITTER | FACEBOOK | GOOGLE+

< PREVIOUS ARTICLE
Verdadeiros ou falsos...

NEXT ARTICLE >
Portugal é a Turbina

Jornal O DIABO

SIMILAR ARTICLES

Brexit: Sair, sim, e quanto mais cedo melhor

Quando Costa só queria alterações fiscais uma vez por legislatura...

CAPA

SIGA-NOS

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Fields marked with an * are required
Name *
e-mail *
Send

MAIS RECENTE

Edição de 27 de Setembro de 2016
27 Sep, 2016

Brexit: Sair, sim, e quanto mais cedo melhor
26 Sep, 2016

Quando Costa só queria alterações fiscais uma vez por legislatura...
26 Sep, 2016

O voo cego da política portuguesa
25 Sep, 2016

A caminho do socialismo puro e duro
25 Sep, 2016

ARTIGOS MAIS POPULARES

Isto é um assalto — Filha de Camilo Mortágua no Parlamento
4470 views

Finlandia: Indicar-se a Nato contra a Rússia
4470 views

Angola, entre o e hoje
4226 views

Quando a economia portuguesa cresce 10% ao ano
2394 views

Finlandia em crise admite deixar Euro
2110 views

Um gigante esquecido do descolonização
1609 views

Não há valores-bis para a troica
1194 views

Tudo bate? Nada, parte
1114 views

o Diabo

O DIABO é um jornal político independente dedicado a reformas e política, promovendo a liberdade de imprensa, a liberdade de imprensa e o debate livre desde 1976.

Contact us: geral@portaldiabo.com

Muito obrigado

A equipa d'O DIABO